

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.242.478 - SP (2018/0024544-8)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **G I E C S**
ADVOGADOS : **MARCELO ALEXANDRE LOPES - SP160896**
FABRÍCIO ROCHA DA SILVA E OUTRO(S) - SP206338
FRANCISCO PAULO DE CRESCENZO MARINO - SP172631
CASSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO - SP255615
JOZI MARIA UEHBE - SP329779
JOSÉ ROBERTO DE CASTRO NEVES - SP264112
HANNAH TUNG - SP369487
HAMID CHARAF BDINE NETO - SP374616
AGRAVADO : **FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**
PROCON
PROCURADOR : **VINICIUS JOSE ALVES AVANZA E OUTRO(S) - SP314247**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por G. I. E C. S. contra decisão que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, e que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1233):

APELAÇÃO CÍVEL Contrato de compra e venda de imóvel Cláusulas abusivas Multa aplicada pelo PROCON Comprovadas serem abusivas as cláusulas contratuais 4.1, 4.2, 6.2, 6.4.1, 8.1.1, 8.2.2 e 9.1.1, a manutenção das autuações aplicadas pelo PROCON se mostra de rigor Multa que não merece ser alterada, pois aplicada com base no artigo 57, parágrafo único da Lei nº 8.078/90, e Portarias PROCON nºs 26/2006 e 33/09, que não padecem de qualquer ilegalidade Precedentes Recurso parcialmente provido.

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fls. 1275/1279).

No especial obstaculizado, o ora agravante apontou violação dos arts 1.022, II, e 489, § 1º, IV, do CPC/2015, alegando que o Tribunal de origem, ao manter a multa fixada pelo Procon, foi omissa quanto à ausência de indicação pelo Procon sobre a base utilizada para estimar a receita bruta da empresa.

Sustentou, ainda, que o acórdão recorrido deixou de apreciar os documentos juntados aos autos que comprovam o real faturamento da empresa, bem como não apresentou fundamentação para sustentar a alegação de que a aferição realizada com base nas informações constantes de seu sítio eletrônico não se mostra desarrazoada (e-STJ fls. 1.281/1.293).

Depois de contra-arrazoado, o apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, o que desafiou a interposição do presente agravo.

Contraminuta às e-STJ fls. 1336/1339.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

Dito isso, tenho que não merece prosperar a irresignação.

Não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Nesse sentido:

IPVA. NÃO CONFIGURADA VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. CERCEAMENTO DE DEFESA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283 DO STF. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. CONTROVÉRSIA DIRIMIDA COM ANÁLISE DE LEGISLAÇÃO DISTRITAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF. LEI LOCAL. ILEGITIMIDADE ATIVA DO DISTRITO FEDERAL. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MULTA DO ART. 1026 DO CPC/2015.

1. Inicialmente, em relação aos arts. 141 e 1022 do CPC, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente. Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

[...]

(REsp 1.671.609/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 30/06/2017).

Na hipótese, o Tribunal de origem, ao apreciar a questão referente à aplicação da multa, assim dispôs (e-STJ fls. 1.253/1.254):

No tocante à multa aplicada, razão assiste ao apelante.

Anote-se, inicialmente, não haver que falar em nulidade da aplicação da Portaria 26/2006, nem tampouco da Portaria 33/09, vez que na data em que aplicada a multa, referidas portarias ainda se encontravam em vigor, tendo sido revogadas somente em 12.05.2015, com a edição da Portaria nº 45/2015.

Vale lembrar, também, que não pode ser levado em consideração, para o cálculo em apreço, o valor líquido auferido pela apelada, consoante deixou assentado a r. sentença, pois a autora sequer se insurgiu quanto ao cálculo efetuado pelo valor bruto, mas apenas discordou quanto à sua apuração, e, tendo sido apresentado pela apelada documento que não fazia parte do rol listado pela Portaria Procon 26/06, mesmo após sua notificação, a aferição

realizada com base nas informações constantes de seu sítio eletrônico não se mostra desarrazoada.

O artigo 57, e seu parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que:

A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, será aplicada mediante procedimento administrativo, revertendo para o Fundo de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, os valores cabíveis à União, ou para os Fundos estaduais ou municipais de proteção ao consumidor nos demais casos.

Parágrafo único. A multa será em montante não inferior a duzentas e não superior a três milhões de vezes o valor da Unidade Fiscal de Referência (Ufir), ou índice equivalente que venha a substituí-lo.

A Portaria nº 33/09, que deu nova redação à Portaria nº 26/2006, em seu artigo 36, parágrafo único, prevê:

“No concurso de práticas infrativas, a pena de multa será aplicada para cada uma das infrações, podendo, a critério do órgão e desde que não agrave a situação do autuado, ser aplicada a multa correspondente à infração de maior gravidade, com acréscimo de 1/3 (um terço)”.

Ora, o que se depreende das normas em apreço, é que o critério utilizado pela apelante para a aplicação da multa se encontra alinhado com o que vem previsto no artigo 57, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, e nas Portarias nº 26/2006 e 33/09, vez que foi utilizado cálculo referente a uma das infrações, que, diga-se, possuía o mesmo nível de gravidade das demais, consoante se vê pela planilha de fls. 340/341, acrescida de um terço, resultando em valor muito aquém do limite legal previsto na Lei nº 8.078/90, respeitando, assim, os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

Diante de tal premissa, desnecessário se mostra seja feito novo cálculo para sua aplicação, pois muito embora algumas das infrações tenham sido afastadas, o critério utilizado para sua fixação não foi o da soma de infrações, que agravaria em muito a situação da apelada, mas sim a forma prevista no artigo 36 da Portaria 33/09 *in fine*.

E acrescentou o acórdão integrativo (e-STJ fl. 1277):

O v. acórdão não padece da obscuridade alegada, eis que deixou claro o motivo pelo qual entendia como correta a aferição realizada para ter como base a fixação da multa.

O julgamento pelo Poder Judiciário não deve significar uma resposta a todos os argumentos mencionados nos autos pelas partes, devendo, no entanto, conter a menção dos motivos que levaram o julgador a firmar seu convencimento quanto ao caso concreto, o que de fato ocorreu. Tal entendimento continua firmado mesmo sob a égide do art. 489 do Novo Código de Processo Civil, consoante recentemente decidiu a 1.ª Seção do C. Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: [...].

Como se vê, a Corte *a quo* apreciou fundamentadamente a controvérsia, não se vislumbrando, na espécie, nenhuma contrariedade das normas invocadas.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NEGAR PROVIMENTO ao recurso especial.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a majoração dessa verba, em desfavor da parte

recorrente, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

